

“ÍNDIOS URBANOS”: DADOS DEMOGRÁFICOS E ALGUMAS REFLEXÕES

Eduardo S. Nunes (Universidade de Brasília)

Antes de nos perguntar o que os dados demográficos sobre a população indígena brasileira podem nos dizer sobre ela, devemos nos atentar para o que eles dizem sobre quem os fabrica. Que nenhuma forma de geração de dados seja neutra, não é novidade. Assim, as categorias usadas, as perguntas que são feitas (talvez, mais ainda, as que não são feitas) e a forma como são feitas, deixam entrever o lugar que o imaginário nacional reserva aos indígenas, sobretudo àqueles em cidades. Este é o objeto de minha pesquisa.

O que analiso, para este fim, são os dados gerados pelo IBGE entre os anos de 1991 e 2006, mas sempre em contraste com os dados, mais esparsos, gerados pela Funai e pelo ISA. A pesquisa foi, portanto, pautada sobre duas bases. De um lado, o levantamento de dados secundários. De outro, uma revisão bibliográfica sobre a relação entre censos nacionais e povos indígenas, além da escassa literatura antropológica sobre índios em cidades.

O censo do ano 2000 trouxe um dado surpreendente. Enquanto, para aquele ano, a Funai apontava a existência de 350.000 indígenas no Brasil, o IBGE levantou um número aproximado de 734.000 indivíduos que assim se auto-identificaram – 351.000 em áreas rurais; 383.000 em áreas urbanas. Esses números eram surpreendentes também em relação ao censo de 1991. Em menos de uma década, a população indígena, que no censo de 1991 era de 294.000, cresceu 249,6%. Esses dados causaram, à época, uma efervescência geral. Aqui, porém, interessam menos os motivos desse crescimento do que as diferenças metodológicas entre as fontes.

É notável que os números gerados pelo IBGE referentes à ‘situação de domicílio’ rural coincidam com a cifra total divulgada pela Funai. Tal fato não é fortuito, posto que a referência da Funai, bem como a do ISA, é as Terras Indígenas. Só muito recentemente os ditos “índios urbanos” foram incluídos por estas fontes, mas apenas enquanto *estimativas*. É possível perceber, a partir, daí, que os indígenas fora das TI’s não são pensados como objetos legítimos de políticas públicas. Ou o problema seria que não são mesmo considerados indígenas?

Claudia Briones usa a idéia de “etnocídio estatístico-cesitário” (2002: 65) para tratar da manipulação do instrumento censal para invisibilizar a população indígena na Argentina. É uma idéia forte, mas acredito que podemos aplicá-la à parcela “urbana” da população indígena brasileira. Esses dados (que tem como base as TI’s) refletem a invisibilidade desse segmento populacional, ao mesmo tempo que a produzem.

Mas, devemos reconhecer que o censo de 2000 teve um efeito de enfatizar a presença indígena nas cidades brasileiras, que, se antes não era completamente desconhecida, ganhou visibilidade. Esse jogo de números é, acima de tudo, político. Marta Azevedo apropriadamente lembra que tais dados “variam mais de acordo com os interesses políticos de seus autores do que com relação à metodologia adotada (2000: 79)”. Não podemos, pois, tomar este censo sem críticas. A linha do gráfico de evolução da população indígena de 1991 a 2000 é literalmente um ziguezague. Como poderia uma população que reconhecidamente cresce em ritmo acelerado diminuir, de um ano a outro, em mais de 100.000 pessoas? E no ano seguinte ganhar mais 100.000 indivíduos, para no terceiro ano perder outros tantos milhares? Desta forma, esses números não parecem ser minimamente confiáveis. O que a análise deixa claro é que o censo não é um instrumento capaz de captar as diferenças internas da população. A comparação com o gráfico da população geral brasileira, para o mesmo período deixa este fato claro.

Um último ponto diz respeito a um documento que compara os resultados referentes à população indígena dos censos de 1991 e 2000, publicado pelo IBGE. Essa análise privilegia em grande medida a dicotomia *rural/urbano*. Mas o único termo de fato definido é o *urbano*, ao passo que “a situação rural é toda área situada fora destes limites [urbanos] (2005: 16)”. O que se percebe, portanto, é uma hierarquização entre os dois espaços. Pensar a situação *rural* em termos *urbanos*, é projetar sobre o primeiro termo o estigma da *falta*, é pensá-lo sempre em termos negativos.

Análises como esta indicam que a mudança de hábitos, práticas, tecnologias, etc., é entendida com uma transformação de idéias, crenças, enfim, como uma transformação da essência. Isto é, o indígena “urbano” seria, de certa forma, “menos índios que os outros índios”. O que é isso senão o lastro de uma velha concepção essencialista de cultura? Os poucos trabalhos de maior fôlego e profundidade existentes sobre a questão apontam em uma direção contrária. A cidade é o *locus* privilegiado de acesso ao conhecimento dos brancos. É lá que se tem a possibilidade de conhecê-lo e domesticá-lo. Em meio aos perigos que esse conhecimento pode representar, o dinheiro, outras tecnologias, outras cosmologias, são incorporados ao estoque de conhecimentos indígenas, ajudando a ampliar os limites de seus mundos. Uma questão de transformação sim, mas transformam-se para permanecer.

Bibliografia Citada

- AZEVEDO, Marta. 2000. “Censos Demográficos e ‘os índios’: Dificuldade para Reconhecer e Contar”. Em: Ricardo, C. A. (org.). *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*, pp. 79-83. São Paulo: Instituto SocioAmbiental.
- BRIONES, Claudia. 2002. “Mestisaje y blaqueamiento como coordenadas de aboriginalidad e nación Argentina”. *Runa XXIII*, pp. 61-88.
- IBGE. 2005. *Tendências demográficas: Uma análise dos indígenas com base na amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.